

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

**A Questão da Identidade Profissional no Serviço Social**

**FLORIANÓPOLIS  
2009**

**ELIANA CRISTINA ANTUNES RIBEIRO**

**A Questão da Identidade Profissional no Serviço Social**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, do Departamento de Serviço Social do Centro Sócio-Econômico na Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Profa. Dra. Myriam R. Mitjavila

**FLORIANÓPOLIS**  
**2009**

**ELIANA CRISTINA ANTUNES RIBEIRO**

## **A Questão da Identidade Profissional no Serviço Social**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, do Departamento de Serviço Social do Centro Sócio-Econômico na Universidade Federal de Santa Catarina.

A Comissão Examinadora é integrada pelos membros:

---

Profa. Dra. Marli Palma Souza – Assistente Social  
Presidente da Banca Examinadora

---

Prof. MSc. Gustavo Meneghetti – Assistente Social  
1º Examinador

---

Carla de Barros Leiras – Assistente Social  
2º Examinadora

*Dedico este trabalho a meu marido Valdecir, meus filhos Ana Cristina e Rafael, meu  
sobrinho Eduardo e a minha querida amiga Rose.*

## **AGRADECIMENTOS**

*Não foram muitas as ocasiões nas quais me detive na leitura das páginas dedicadas aos agradecimentos dos trabalhos que estiveram em minhas mãos. Porém agora neste momento em que componho a minha, vejo quão fundamental ela é. Não chegamos a lugar algum prescindindo do outro, de alguém, é justamente desses tantos outros – somos seres sociáveis - que vem a força para darmos o passo seguinte, que muitas vezes nos parece impossível. Então, lá estão aqueles que se dispõem a nos ajudar, orientar, compreender, motivar, avaliar e sugerir, enfim nos dão o combustível para prosseguir, cada um a sua maneira e no seu tempo. Amo a todos. Estão todos de alguma forma presentes nas linhas deste trabalho e na minha vida. Obrigada a todos.*

Mire, veja:

O mais importante e bonito no mundo é isto:

Que [as pessoas] não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas...

Guimarães Rosa

## RESUMO

RIBEIRO, Eliana Cristina Antunes. **A Questão da Identidade Profissional no Serviço Social**. Trabalho de Conclusão de Curso – Florianópolis: Departamento de Serviço Social – Centro Sócio Econômico – Universidade de Santa Catarina, 2009.

Este trabalho tem como tema principal discutir a questão da identidade profissional do assistente social. Para atingir esse objetivo foi utilizada a técnica de pesquisa bibliográfica. A identidade profissional da categoria ainda está em construção, marca de uma profissão, que, apesar de regulamentada e socialmente reconhecida, é fruto de contradições do sistema que se origina. Alguns autores defendem a identidade profissional pré-concebida, ou seja, construída nos bancos escolares, na fase teórica – *como deve ser o assistente social* –, outros insistem que a verdadeira identidade dessa categoria se dá na prática, no trabalho e no contato com as pessoas e instituições – *como é o assistente social*. Vários aspectos são abordados na tentativa desse esclarecimento, desde os mais subjetivos, ligados à emoção e sentimentos “*desejo de transformar a sociedade*”, como os objetivos “*passar no vestibular, mercado de trabalho e remuneração*”. Os autores utilizados neste trabalho, com pesquisas realizadas no Brasil e no exterior, esclarecem alguns aspectos relacionados a essa complexa temática da identidade profissional. Nas considerações finais, todos os aspectos discutidos ao longo do presente trabalho voltam à tona de forma reflexiva, alicerçando as sugestões apresentadas que apontam caminhos possíveis para a discussão proposta.

**Palavras-chaves:** Identidade, Identidade profissional, Serviço Social.

## ÍNDICE

<b><u>INTRODUÇÃO</u></b> .....	8
<b><u>1 ASPECTOS BÁSICOS NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE</u></b> .....	12
<b><u>2 A IDENTIDADE PROFISSIONAL COMO IDENTIDADE SOCIAL</u></b> .....	16
<b><u>3 A QUESTÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL NO SERVIÇO SOCIAL</u></b> .....	20
<b><u>3.1 A Identidade Profissional Atribuída</u></b> .....	20
<b><u>3.2 A Pluralidade de Representações</u></b> .....	22
<b><u>3.3 O Sentido do Objeto de Trabalho Profissional</u></b> .....	29
<b><u>4 OS PROCESSOS IDENTITÁRIOS DO SERVIÇO SOCIAL</u></b> .....	32
<b><u>4.1 A Escolha da Carreira e Suas Motivações</u></b> .....	32
<b><u>4.2 O Perfil dos Alunos do Curso de Serviço Social</u></b> .....	36
<b><u>4.3 A Escolha do Curso de Serviço Social</u></b> .....	40
<b><u>4.4 Processos Identitários – Elementos para Análise</u></b> .....	44
<b><u>5 TEORIA E PRÁTICA NO SERVIÇO SOCIAL</u></b> .....	47
<b><u>CONSIDERAÇÕES FINAIS</u></b> .....	51
<b><u>REFERÊNCIAS</u></b> .....	55



## INTRODUÇÃO

O presente estudo objetiva promover uma discussão a respeito da questão da identidade profissional no Serviço Social enquanto profissão regulamentada e inscrita na divisão sócio-técnica do trabalho.

A escolha por esta temática é fruto de uma inquietação pessoal que surgiu nas primeiras fases do curso, quando teoria e prática apareciam nos discursos profissionais de forma dicotômica. Seria este aspecto um fator que assinala a indefinição da identidade profissional?

O próprio Conselho Regional de Serviço Social<sup>1</sup> – CRESS define o Serviço Social como *uma profissão que requer formação universitária de quatro anos cujo profissional é denominado Assistente Social*<sup>2</sup>, limitando-se a critérios pouco objetivos para esta definição, usando termos como realidade social, matéria de serviço social, na área de serviço social.

A discussão da identidade profissional, embora ausente na formação acadêmica, tem sido objeto de estudo de alguns profissionais, aos quais recorreremos para subsidiar a presente discussão.

Iniciamos o capítulo 1 com a discussão acerca da identidade utilizando conceitos de Dubar (2005) relativos à socialização como construtora da identidade, dentro da perspectiva do interacionismo simbólico. A identidade nessa concepção sociológica faz da subjetividade um componente que integra relacionalmente indivíduo (eu) e sociedade (meio social).

Esta concepção, embora receba algumas críticas por se limitar aos aspectos subjetivos na construção da identidade (MENEGHETTI, 2009), traz importantes

---

1 O Conselho Regional de Serviço Social - 12a. Região é uma autarquia federal com jurisdição no Estado de Santa Catarina e sede na cidade de Florianópolis. Foi criado 1º de janeiro de 1983, parametrado pela Lei N° 3.252/57, posteriormente regulamentada pela Lei N° 8662/93.

2 Disponível em [www.cress-sc.org.br](http://www.cress-sc.org.br). Acessado em 13/10/2009.

contribuições para essa discussão, pois a identidade é um produto social e, ao mesmo tempo, um elemento chave da realidade subjetiva. E, como toda realidade subjetiva, se encontra em relação dialética com a sociedade (MITJAVILA, 1994).

No segundo capítulo, que trata da identidade profissional como identidade social, apresentamos as origens do termo profissão e as transformações ocorridas ao longo do tempo na definição deste termo. Para desenvolver o tema utilizamos as contribuições de Dubar (2005) e Freidson (1998).

Em Dubar (2005) trabalhamos as origens do termo “profissão” e a ruptura deste com o termo “ofício”. Em Freidson (1998) apresentamos que as transformações ocorridas no mundo do trabalho propiciaram o surgimento de novas ocupações, que pretendiam conquistar o título de “profissão”, ocasionando, no entanto, falta de clareza na definição desse termo. Para Freidson o conceito de profissão e o processo de profissionalização devem ser vistos de maneira dinâmica e histórica.

No capítulo três apresentamos o problema da identidade profissional no Serviço Social. O tema, apesar de pouco explorado na literatura específica do Serviço Social, é desenvolvido por Martinelli (1991) e Gentilli (1997), que apresentam contribuições para a discussão proposta. Também foram utilizadas as contribuições de Weisshaupt (1988), que discute o “divórcio” entre teoria e prática e de Meneghetti (2009), que reforça essa discussão e traça um contraponto entre os trabalhos de Martinelli (1991) e Gentilli (1997).

O trabalho de Martinelli (1991) buscou as explicações para a formação da identidade profissional na história do Serviço Social. A autora resgatou o nascimento do capitalismo na Inglaterra, seu modo de produção e suas relações sociais, tendo como objetivo final compreender o que vincula o Serviço Social ao capitalismo.

---

Já o trabalho de Gentilli (1997) seguiu outra direção: no lugar da história do Serviço Social a autora centrou sua análise no processo atual de trabalho, defendendo que a construção da identidade profissional do Serviço Social está na sua prática.

No quarto capítulo, que trata dos processos identitários do Serviço Social, trouxemos as contribuições de três pesquisas realizadas em épocas e cenários distintos, com estudantes em formação acadêmica.

A primeira pesquisa foi realizada na Espanha pelos sociólogos Estruch e Guell (1976), e revela que alguns discursos permanecem inalterados com o passar do tempo, sendo este um elemento significativo para análise.

A segunda pesquisa foi desenvolvida por estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina, no ano de 2004, sob a coordenação da Professora Doutora Myriam Mitjavila. Entre outros aspectos, evidencia o perfil eminentemente feminino da profissão.

A terceira pesquisa foi realizada com alunos de duas universidades paulistas, sendo conduzida pela assistente social Sandra Andréia Mendonça Soares, no ano de 2007, e trata das implicações subjetivas na escolha do curso de Serviço Social.

No quarto capítulo são apresentados os processos identitários erigidos nas pesquisas utilizadas, visando trazer à discussão seus aspectos análogos e os vieses que marcam as motivações para a escolha do curso de Serviço Social.

No quinto capítulo, dedicado a discussões acerca da teoria e da prática do Serviço Social, foram utilizadas as contribuições de Gentilli (2006). Esta discussão, evidenciada ao longo deste trabalho e reforçada neste capítulo, trata de uma das questões mais intrigantes e desafiadoras para a profissão, marcando o descompasso entre duas realidades tão diversas e tão fundamentais para o Serviço Social.

Nas considerações finais são apresentadas algumas contribuições para a discussão proposta, indicando aspectos problematizados ao longo do presente trabalho, como: as questões subjetivas e objetivas presentes na formação profissional; a relação da identidade profissional com a identidade social e sua implicação nas escolhas e anseios profissionais; a prática como definidora da identidade profissional; os processos identitários e as incongruências entre teoria e prática.

## 1 ASPECTOS BÁSICOS NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE

A palavra identidade trás no seu conceito a noção de perfeitamente igual ou semelhante<sup>3</sup>. No entanto, ao se agregar ao termo “identidade” o vocábulo “social”, seu conceito se transforma, adquirindo significados amplos, superando a dimensão expressa na singularidade da palavra identidade, sendo impossível juntar categorias ou tipos ideais para então defini-los. É no diálogo travado constantemente entre a essência do indivíduo, seu eu interior, sua subjetividade com a sociedade e com os mundos culturais que o cercam que se formará a sua identidade social.

A concepção sociológica de identidade incorpora a noção de subjetividade, mas, a transcende porque:

Desse ponto de vista, a identidade nada mais é que o resultado a um só tempo estável e provisório, individual e coletivo, subjetivo e objetivo, biográfico e estrutural, dos diversos processos e socialização que, conjuntamente, constroem os indivíduos e definem instituições. (DUBAR, 2005, p. 136).

É na infância, no processo de socialização com a família e, principalmente, na relação com a mãe, que a criança aprende a ser humano e forma a sua identidade. É ao iniciar sua vida escolar na relação com os outros que farão parte de sua vida que ela constrói a sua primeira identidade social (DUBAR, 2005).

Os processos acima citados são denominados pelo autor de aparelhos de socialização primária (família e escola). Dubar (2005) chama de aparelhos de socialização secundária os processos que acontecem ao longo da vida adulta, nas empresas, profissões. Assim, pode-se concluir que a identidade é um produto da socialização. “É exatamente na compreensão interna das representações cognitivas e afetivas, perceptivas e operacionais, estratégicas e

---

3 DICIONÁRIO MELHORAMENTOS, 2000, p. 540.

identitárias que reside a chave da construção operacional das identidades” (DUBAR, 2005, p. 129).

É a partir desta interação que o indivíduo passa a ser identificado, podendo incorporar ou refutar essa identificação recebida dos outros e das instituições. São dois processos identitários heterogêneos. O primeiro processo trata de identidades sociais conferidas pelas instituições na relação com os indivíduos. O segundo trata daquilo que o indivíduo diz como sendo a sua história, ele como construtor de sua identidade. É, portanto, nesta relação que pode ser chamada de dialética, entre o indivíduo e a sociedade, que se constrói a identidade social.

O autor denomina a identidade herdada pelo indivíduo de processo biográfico ou identidade para si. É aquela construída no momento da saída do sistema escolar e entrada no mercado de trabalho, o primeiro emprego. Essa identidade sofre ajustes, é marcada pela incerteza. É a passagem da adolescência para a vida adulta. Já a identidade para o outro ou processo relacional é, segundo Dubar (2005), aquela construída nas relações com outros ou com instituições. São relações duradouras e que colocam em questão a relação recíproca dos parceiros. É a maneira como os grupos se identificam com os pares, com os chefes e com os outros grupos.

Ainda assim, como sugere o autor, os dois processos de formação de identidade utilizam um mecanismo comum, a tipificação, ou seja, há um determinado número de modelos socialmente significativos com os quais se podem realizar combinações coerentes. Esses modelos variam de acordo com os espaços, a temporalidade biográfica e histórica em que se desenvolvam. Podem combinar, ainda, critérios de pertencimento, como trabalho – posição profissional – com o tipo e nível de estudos escolares realizados, conferindo legitimidade a essas categorias.

Os modelos ou categorias pré-definidos são impregnados de obsolescência, ou seja, tendem sempre a desatualização. A proximidade entre a identidade virtual e real é tão mais pertinente quanto mais se utilizam e aceitam as categorias oficiais de identificação. A negociação permanente e complexa com as instituições pertinentes e categorias oficiais é que produzirá, de fato, a identidade que prevalecerá (DUBAR, 2005).

Segundo Dubar (2005), a formação profissional e o acesso ao emprego são componentes que integram a identificação social de um indivíduo. O autor cita a formação e o emprego como áreas pertinentes que identificam os indivíduos socialmente. Esses aspectos passaram a ter maior relevância a partir da década de 60, porém, é na década de 80 que formação e emprego são considerados elementos básicos nesse processo, passando a ser a totalidade na vida da população em geral.

A conclusão da educação formal e a entrada no mercado de trabalho são processos definidores da formação da identidade autônoma. A trajetória escolar em conjunto com a escolha por uma especialização pode sinalizar o “status social futuro”. Mas, será a entrada no mercado de trabalho, sob muita incerteza, que marcará para o indivíduo a construção da identidade profissional para si (DUBAR, 2005).

Ainda segundo Dubar (2005), as transformações no mundo do trabalho, as incorporações de novas tecnologias e de administração, tudo isso somado ao aumento do desemprego, as discriminações de sexo e as desigualdades presentes nas possibilidades de acesso às carreiras profissionais marcarão esta trajetória. É diante deste quadro e no enfrentamento destas questões que será construída a “identidade profissional básica”, mas, que também permitirá ao indivíduo a possibilidade de planejar seu futuro. No entanto, esta identidade profissional não será definitiva, estará sempre sujeita às mudanças provocadas pelas condições históricas vividas no presente (DUBAR, 2005).

A construção de uma identidade profissional e social é chamada por Dubar (2005) de processo biográfico, sendo construída na família, escola, mercado de trabalho e na empresa. É o que o autor denomina de transação subjetiva. Já o processo identitário relacional acontece quando o indivíduo tem o reconhecimento de suas competências, do potencial do seu conhecimento, com a possibilidade de investir, de negociar e administrar em espaços considerados legítimos para a identificação dos sujeitos. É, segundo o autor, a transação objetiva.

A conclusão de Dubar (2005) é que o processo identitário biográfico e o processo identitário relacional, quando, articulados, orientam a trajetória de uma geração. Porém, cada geração constrói sua própria identidade social, podendo ter bases nas que as precederam, ou em novas estratégias construídas ao longo de suas vidas (DUBAR, 2005).

Neste aspecto, a formação, o emprego e o trabalho são espaços de suma importância e de legitimidade na construção da identidade social que passa, a partir daí, a agregar uma identidade profissional, tema que será aprofundado no próximo capítulo.



## 2 A IDENTIDADE PROFISSIONAL COMO IDENTIDADE SOCIAL

Estudar o fenômeno das profissões – domínio da sociologia das profissões – é, antes de tudo, um desafio. O termo profissão ainda é amplamente discutido e está longe de ser consenso entre os teóricos que o estudam. (J. LE GOFF, 1977 e OLIVIER-MARTIN, 1938 apud DUBAR, p. 164). O conceito de profissão, conforme nos remete Dubar (2005), é, muitas vezes, usado para definir o conceito de ofício. Na língua inglesa a ocupação – *occupations* – é usada principalmente pelo Estado nos eventos de recenseamento e também faz parte da linguagem usada administrativamente. Já o termo profissão – *professions* - é usado como definidor das chamadas profissões científicas e liberais, como médicos, advogados e clérigos (DUBAR, 2005).

A origem do termo profissão, segundo o autor, é atribuída às corporações existentes na Idade Média, entre os séculos XI e XV. O Poder Real reconhecia as corporações e as legitimava socialmente. O reconhecimento acontecia através de cerimônias ritualísticas feitas com o objetivo de admitir um novo membro à organização corporativa. O juramento compunha-se basicamente de três compromissos: observar as regras; guardar segredo; honrar e respeitar os jurados, inspetores eleitos e reconhecidos pelo Poder Real. Dubar (2005) aponta que o termo profissão deriva dessa profissão de fé cumprida por ocasião das cerimônias rituais de admissão nas corporações.

O autor observa que neste período não havia diferenciação entre trabalhadores manuais e intelectuais, artesãos e artistas. Todos estavam organizados em uma corporação e unidos pelo juramento proferido na ocasião da admissão. Assim, fazer parte de uma confraria, ser reconhecido como apto a exercer um ofício significava adquirir um estado particular ou privilegiado e de honradez na ordem social (DUBAR, 2005).

A ruptura e a oposição entre as profissões e os ofícios nasceram com o advento das Universidades, que separaram as artes liberais das artes mecânicas. As profissões que tiveram sua origem ligada às artes liberais e que eram ensinadas nas universidades passaram a ser distinguidas como aquelas em que era necessário o uso do intelecto e, portanto, mais nobres. Em oposição, os ofícios originados das artes mecânicas em que se utilizavam mais as mãos e a força física para a execução do trabalho foram desvalorizados pela sociedade ao longo do tempo (DUBAR, 2005).

No século XIX o capitalismo industrial provocou mudanças na estrutura ocupacional, primeiro na Inglaterra e posteriormente nos Estados Unidos. Estas mudanças no mundo do trabalho causaram uma total falta de clareza no conceito de profissão. Foram surgindo as novas ocupações, que pretendiam conquistar o título de profissão, já que este relacionava-se à honra e a nobreza das profissões liberais. Resguardadas as diferenças entre Inglaterra e Estados Unidos, ambas possuíam “em comum um aparelho de Estado comparativamente passivo, onde uma filosofia do *laissez-faire* era forte, mas não era de maneira alguma ambivalente e o serviço público, pequeno” (FREIDSON, 1998, p.52).

Diante de um “Estado passivo”, as ocupações tomaram a iniciativa de criar um movimento com o objetivo de alcançar o reconhecimento e garantir a própria proteção. Coube a elas o papel de criar instituições próprias, destinadas ao seu treinamento e credenciamento. Para Freidson (1998), cada ocupação criou a sua instituição de forma a identificar seus membros e criar identidade ocupacional, ou seja, aquela dada pela ocupação.

As ocupações assim criadas, segundo Freidson (1998), pretendiam ocupar um lugar de destaque na economia destes países – Inglaterra e Estados Unidos –, que contavam com o Estado para garantir proteção no mercado aberto, lócus de competições com oponentes. Obter o título de “profissão” significava alçar o status de ocupação bem-sucedida. Alcançar este

status de profissão significava fazer parte de uma elite social, além de legitimá-la na luta pela proteção no competitivo mercado de trabalho. O autor diz que “dada a filosofia do *laissez-faire*, somente desculpas muito especiais poderiam justificar a criação de uma proteção de mercado sancionada pelo Estado” (FREIDSON, 1998, p. 52).

Na Europa o Estado atuava com maior intensidade na organização tanto do treinamento quanto do emprego. As profissões consideradas de status tradicionais mantinham suas distinções ocupacionais na medida em que reorganizavam suas associações corporativas. Já as novas ocupações da classe média não almejavam o título de “profissão” para obterem status e estarem habilitadas à proteção de mercado conferida pelo Estado. O que atribuía a uma pessoa status e segurança, bem como possíveis cargos elevados no serviço público, era frequentar uma instituição de educação superior considerada de elite e controlada pelo Estado. A identidade básica, neste caso, era conferida pela educação de elite e não pela ocupação.

Isso contrasta bastante com as profissões anglo-americanas, que conquistam sua distinção e posição no mercado menos pelo prestígio das instituições em que foram educadas do que por seu treinamento e identidade como ocupações particulares organizadas corporativamente às quais são imputados conhecimento especializado, comportamento ético e importância para a sociedade e para as quais reclamam privilégios (FREIDSON, 1998, p.53).

Portanto, como alerta Freidson (1998), é necessário olhar o conceito de profissão e o processo de profissionalização como um processo dinâmico e histórico, situando-o em instituições culturais, condições sociais, políticas e econômicas de cada tempo histórico em determinadas sociedades.

Diante de tal complexidade em definir o conceito de profissão *versus* ocupação, Rodrigues (2002) aponta que a melhor opção está em destacar as características inerentes das profissões e o que lhes dá suporte institucional. A formação do futuro profissional em instituições de educação superior e outras instituições profissionais que oferecem formação teórica e prática garantem as credenciais institucionais. As credenciais ocupacionais são

obtidas através de diplomas, graus, licenças e certificações que permitem e garantem o acesso privilegiando no mercado de trabalho protegido, na área específica da formação. As instituições reconhecidas como aquelas que possuem a autorização legal para fornecerem essas credenciais são as universidades, as associações profissionais e o Estado.

Dubar (2005, p. 187) destaca que, comparando a teoria funcionalista com o interacionismo simbólico, este último tem o mérito de colocar a “socialização profissional no cerne da análise das realidades do trabalho”. Esta perspectiva não reduz o mundo do trabalho à venda da força de trabalho em troca de uma remuneração, mas envolve a personalidade, a imagem que o sujeito tem de si, suas aspirações, esperanças e a busca de reconhecimento social.

Apresentamos até o momento aspectos teóricos gerais sobre a identidade e identidade profissional, particularmente na Europa e Estados Unidos. O próximo capítulo tratará, de forma mais específica e aprofundada, a problemática da identidade profissional do assistente social.

### **3 A QUESTÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL NO SERVIÇO SOCIAL**

No âmbito do Serviço Social, a questão da identidade profissional segue basicamente duas linhas distintas. A primeira, defendida por Martinelli, vai buscar a identidade do Serviço Social na história da profissão. Gentili defende que a identidade profissional é construída na prática, numa pluralidade de representações. Nesta mesma linha é apresentada a perspectiva de Weisshaupt, que evidencia o problema da identidade profissional no contexto institucional.

#### **3.1 A Identidade Profissional Atribuída**

Partindo da hipótese de que o Serviço Social não possui uma identidade profissional, Maria Lucia Martinelli (1991) observa que “[...] a ausência de identidade profissional fragiliza a consciência social da categoria profissional, determinando um percurso alienado, alienante e alienador de prática profissional” (MARTINELLI, 1991, p. 17).

Os estudos de Martinelli (1991) foram guiados pelo referencial teórico marxista, onde a identidade profissional é pensada de forma dialética, como categoria política, social e histórica, visando compreender o Serviço Social na conjuntura brasileira. A autora destaca em sua obra que pensar dialeticamente é ver o processo histórico como dinâmico, sempre em movimento.

Para elaborar seu estudo, Martinelli (1991) resgatou o nascimento do capitalismo na Inglaterra, no seu modo de produção e suas relações sociais, tendo como objetivo final desvendar ou compreender o que vincula ou une o Serviço Social ao capitalismo. No mergulho da história, a autora destaca fatos como as Revoluções na França e Inglaterra, e argumenta que a teoria marxista é a que possui maior rigor ao explicar o capitalismo como

modo de produção e reprodução das relações sociais, pela compra e venda da força de trabalho, bem como a história das classes sociais.

A exposição da história do capitalismo traça duas situações opostas: de um lado, a burguesia tornava-se mais rica e poderosa, enquanto, do outro lado, os trabalhadores livres e desprovidos de meios de produção tornavam-se mais pobres e oprimidos. Estas diferenças favoreciam a oposição cada vez mais profunda entre as duas classes.

Foi somente com a Revolução Industrial, com suas transformações no mundo do trabalho, que os operários tiveram a oportunidade de superar as aparentes diferenças e se unirem em torno do movimento proletário, que os levaria a construção de sua identidade de classe. Ao longo de toda a exposição da história fica evidenciado o protesto e a recusa em aceitar as imposições do capitalismo à vida dos trabalhadores, marcado por acontecimentos como a destruição de máquinas, a busca por liberdade de associação e por direitos políticos.

Toda a exposição acerca do capitalismo e de suas contradições, que agravaram a questão social, foram tecidas na teia das relações sociais entre poder econômico e político. Martinelli (1991) faz uma minuciosa interpretação da categoria identidade como sendo histórica, política e social, que nasce e se desenvolve nas lutas da classe proletária. A autora tem o propósito de evidenciar a formação de uma consciência de classe que promoveu o desenvolvimento da identidade do proletariado.

A revolução da classe operária com sua consciência crítica e questionadora passou a representar uma real ameaça à burguesia. Era urgente criar estratégias de sustentação que garantissem a existência do capitalismo. A assistência pública, que até então era de iniciativa privada, passou a ser tutelada pela burguesia, através do Estado e da Igreja (MATINELLI, 1991).

No século XIX a assistência passou a ser normatizada e racionalizada, surgiram os primeiros assistentes sociais com a missão de garantir que a lei dos pobres fosse cumprida, eram fiscalizadores e repressores a serviço da classe dominante. No final do século XIX havia um grande número de agentes sociais marcadamente oriundos da burguesia, que tinham a responsabilidade de responder às graves questões sociais, dentro da ideologia burguesa, com o interesse em preservar as relações de poder existentes na sociedade. Como destaca Martinelli:

Fetichizado misticamente como uma prática a serviço da classe trabalhadora, o Serviço Social era, pois, na verdade, um importante instrumento da burguesia, que tratou de imediato de consolidar sua identidade atribuída, afastando-a da trama das relações sociais, do espaço social mais amplo da luta de classes e das contradições que as engendram e são por ela engendradas (MARTINELLI, 1991, p.67).

A autora aponta na direção de uma prática profissional alienada, que ainda não foi totalmente superada, refletindo uma identidade atribuída, que propicia uma prática social reprodutora e conveniente para com o projeto hegemônico burguês. Evidenciou que o Serviço Social mantém uma relação com os mecanismos societários de poder nas dimensões política e ideológica.

### **3.2 A Pluralidade de Representações**

A questão da identidade profissional é, também, assunto especificamente debatido por Gentilli (1997), que a aborda sob dois aspectos: o primeiro refere-se à diversidade de práticas existentes. O outro, corresponde ao fato da diversidade de práticas abarcarem uma pluralidade de representações, que acabam repercutindo na identidade profissional. Para tanto, aborda as questões presentes no discurso das organizações e instituições formais da profissão, bem como em depoimentos dos próprios profissionais no mercado de trabalho.

Segundo Gentilli (1997), nas organizações e instituições formais, a identidade profissional é construída como um “dever ser”. No mercado de trabalho, “na prática

profissional”, manifesta-se a profissão condicionada pelas contingências e pelas reais possibilidades. Estas duas realidades existentes servem de referência na construção da profissão, que fica diante de diferentes formações discursivas.

A autora define o conceito de identidade nos seguintes termos:

A identidade expressa tanto uma relação que objetiva uma manifestação da realidade humana e social quanto se expressa simultaneamente como subjetividade humana. Estabelece dimensões de um ser social enquanto singularidade e enquanto coletividade (GENTILLI, 1997, p.128).

Para Gentilli (1997), a identidade profissional do Serviço Social resulta da interação entre as dimensões formais e informais da profissão. As bases da dimensão formal da profissão, ou bases normativas da profissão, são constituídas pelas unidades de ensino, os conselhos regionais e federal e centros de pesquisa.

São organizações que processam e asseguram a permanência de certos elementos da identidade profissional tanto em relação à definição social do âmbito de sua interferência social e dos processos específicos do exercício profissional quanto em relação aos conteúdos teóricos, ideológicos e políticos acerca dessa definição (GENTILLI, 1997, p. 135).

A base da dimensão informal da profissão é oriunda das diferentes formações discursivas que se disseminam no mercado de trabalho profissional, fragmentos de diversos discursos teóricos e ideológicos. Mesmo diante de um “discurso polifônico” e uma ampla gama de representações expressas nos discursos, é possível identificar semelhanças que podem servir de referência na construção da identidade dos profissionais. As representações que permitem que determinado grupo construa sua identidade englobam tanto a prática profissional, como sentimentos e idéias.

Os processos identitários de gênero, subjetividade, singularidade, etnia e classe de um indivíduo, segundo Gentilli (1997), acabam refletindo nas suas relações e escolhas profissionais, tanto em sua individualidade como no pertencimento a um grupo em particular; implicam tanto a busca de reconhecimento pessoal quanto social.



A identidade profissional é entendida por Gentilli (1997) dentro de um processo que valoriza a habilidade pessoal para o exercício da profissão com suas exigências, além dos fatores sociais e políticos que definem o profissional e, completando, a subjetividade que expressa como o profissional sente-se enquanto tal.

Somados, os fatores apontados acima possibilitam que indivíduos se identifiquem e se reconheçam enquanto grupo ou categoria profissional. A adoção de comportamentos que são expressos nos discursos servem de referência para o grupo. Desta forma, os indivíduos conseguem estabelecer as nuances que os diferenciam dos demais grupos sociais, reforçam suas identidades diante de outros grupos profissionais mantendo a diferenciação dentro da divisão social e técnica do trabalho. Isso possibilita, ainda, a existência de identidades profissionais diferentes daquelas estabelecidas hegemonicamente (GENTILLI, 1997).

Então, segundo Gentilli (1997), a identidade profissional é composta de características peculiares de um grupo social que compartilha representações e experiências que se assemelham e também almejam reconhecimento social.

Esses mecanismos, que possibilitam a objetivação da identidade e separam os atributos circunstanciais das propriedades constitutivas, configuram a afirmação e a negação da identidade em determinado tempo e espaço, assim como sua sobrevivência histórica. No Campo profissional, são os valores, os discursos e as demais referências representativas e simbólicas, produtores de mecanismos de julgamento sobre seu agrupamento e sobre os demais, que mobilizam o desempenho das atribuições profissionais e as formas de concebê-las (GENTILLI, 1997, p. 131).

Nas profissões cujo acesso depende da educação formal, a construção da identidade acontece via socialização escolar. Neste sentido, Gentilli (1997, p.131) aponta que “a identidade singular se submete a processos de subjetivação, por meio dos projetos escolares hegemonicamente estabelecidos”. A autora faz um relato de sua experiência enquanto

docente, que lhe permitiu vivenciar processos de resistência de alunos e professores ao discurso hegemônico de projetos políticos de cursos.

Surge, no decorrer do processo de escolarização, a emergência de contradições difíceis de serem superadas entre as necessidades sociais da escolaridade a serem atendidas pelo ensino, as demandas do mercado de trabalho, nem sempre compatibilizados pelo processo de habilitação, as formas como ambas são representadas pelos educadores e as estratégias utilizadas pelo processo pedagógico (GENTILLI, 1997, p. 131).

É durante a formação acadêmica que os conteúdos e valores são inculcados com o objetivo de construir a identidade do futuro profissional. São estabelecidos os direitos e deveres e definidas as atribuições profissionais. Enfim, cumprem-se as normas legais que garantirão a possibilidade de inserção do profissional na divisão social e técnica do trabalho.

A identidade profissional de Serviço Social, segundo Gentilli (1997), é derivada da convergência de três elementos ou fatores que a estruturam: o primeiro refere-se à produção do núcleo identitário, organizado a partir de representações sobre o processo de trabalho profissional que compreende o objeto de trabalho, seu processo, bem como o produto. As políticas sociais consistem na matéria prima ou objeto do processo de trabalho profissional. O processo de trabalho configura-se na operacionalização das políticas e programas sociais organizados como bens e serviços destinados aos trabalhadores e aos demais segmentos sociais excluídos do mercado de trabalho e dos direitos de cidadania.

Para a autora, os produtos deste processo de trabalho profissional se expressam na forma de garantias dos direitos constitucionais, o acesso e a efetivação desses direitos aos usuários dos serviços sociais. Ou seja, é dentro desta processualidade do trabalho que reside a lógica que configura a identidade profissional do serviço social. As ações e as representações do processo de trabalho, em conjunto, são os elementos que organizam a profissão real. Nelas estão contidas as idéias e os valores daquilo que é concebido como serviço social. O processo de trabalho profissional torna viável a criação de representações acerca da concepção do que é

ser assistente social, possibilitando sua convergência em uma mesma direção (GENTILLI, 1997).

O segundo elemento que configura a identidade profissional é composto pelas representações que expressam a consciência profissional dentro das perspectivas teórica, política e ideológica. Ou seja, são as instituições formais, compostas pelas unidades de ensino, pelos centros de pesquisa e representação, conselhos federal e regionais aos quais os profissionais estão vinculados e que legitimam a profissão jurídica e formalmente. Estas instituições são responsáveis tanto pela permanência da profissão na esfera social como pelos processos próprios do exercício profissional em relação aos conteúdos teóricos, ideológicos, políticos e valorativos (GENTILLI, 1997).

Assim, essas organizações realizam plenamente a característica de manter a perenidade da profissão e de sua identidade, seja por meio do ensino formal, seja por meio dos processos de agregação associativa (GENTILLI, 1997, p.135).

Estas organizações, segundo Gentilli (1997), expressam a consciência profissional. No entanto, os discursos que ganham legitimidade pela literatura podem, muitas vezes, representar uma parcela dos profissionais. As falas dos profissionais “da prática” não aparecem, ficando circunscritas à prática profissional.

O terceiro fator que pode ser identificado no processo identitário do Serviço Social é composto pelos elementos subjetivos, ou seja, sentimentos e emoções. O sentimento de identidade, de coesão profissional advém, também, em grande medida, da realidade social em que se insere esse profissional. No contato diário com as pessoas transparecem sentimentos, emoções e comportamentos relacionados ao desejo de operar mudanças. É a síntese entre o sujeito (singular) e sua profissão (coletivo). Isso confere a todos uma referência profissional (GENTILLI, 1997).

Para a autora, duas referências discursivas interagem na determinação desses três fatores: a primeira trata das normas e leis relativas à profissão; a outra, relaciona-se ao trabalho diário, às expressões e articulações que são utilizadas em função da prática profissional do assistente social. A base do conteúdo jurídico-normativo é atribuída principalmente pelas organizações, escolas, centros e conselhos regionais e federal, que, além disso, conferem identidade e perenidade à profissão. Propõe-se dar a direção geral e convergência a discursos e enunciados divergentes, reforçando aqueles legitimados pela literatura e excluindo outros, mesmo que presentes no discurso diário.

Com relação ao cotidiano desse profissional, destaca-se o discurso “polifônico”, aquele permeado de contradições, fragmentos adaptados para tentar responder à dinâmica do seu trabalho e às necessidades da prática. O referencial erudito é presente e emana das organizações formais às quais o profissional está vinculado, formando a base de todas as formações discursivas. O pólo jurídico, das leis e normas, que marcou a formação escolar desse profissional, estará sempre presente em seu discurso, traduzindo-se em importante fonte de identidade profissional.

Gentili (1997) afirma que historicamente a identidade profissional do Serviço Social sofreu transformações,<sup>4</sup> tanto na forma de concepção de sua prática, na forma de representá-la, bem como na sua postura política. Essas transformações devem-se a dinâmica pela qual passa a identidade profissional ao longo da história que atualiza o sentido do objeto profissional, a maneira de processar seu trabalho e os produtos deste processo. Atualiza, ainda, as representações dos usuários dos serviços sociais, de profissionais pertencentes a outras categorias com as quais o assistente social trabalha, e as das organizações e da opinião pública.

---

4 Para maiores considerações sobre este tema sugerimos a leitura do trabalho de Meneghetti (2009).

Para a autora, é possível identificar nas representações – discursos – profissionais a existência de “padrões de profissionalidade” anteriores integrando padrões atuais. Essa questão deixa claro que a teoria não foi capaz de dar resposta à prática cotidiana da profissão. Ressalta-se, também, que os profissionais da prática expressam em seus discursos o baixo status social e institucional da profissão e sua baixa remuneração.

Segundo Gentili (1997), existem na prática diversas formas de explicitar o que é ser assistente social em razão da diversidade da atuação do profissional no mercado de trabalho. A prática profissional possibilita ao assistente social uma visão muito ampla do seu campo de trabalho.

Nestes termos, evidencia a impossibilidade concreta de uma identidade monolítica, seja nas dimensões teóricas, nas ideológicas, ou ainda nas políticas. A diversidade empírica, que engendra a multiplicidade problemática da profissão, enraíza-se em diversas tradições de pensamento e materializa-se nas infinitas possibilidades das diferentes perspectivas políticas (GENTILLI, 1997, p. 140).

A autora expressa que, ao longo do tempo, houve uma clara evolução no sentido da auto definição Serviço Social como profissão. Iniciou-se com o termo ajuda social, passando por técnica social, ações de cidadania, e, finalmente, assistência social. Pode-se verificar que, apesar dessa uniformidade aparente em torno de sua identidade, o Serviço Social na prática percorreu e ainda percorre varias direções. Entre elas, destacam-se: a delimitação das ações que o profissional pode desenvolver; a utilização ou não dos processos metodológicos clássicos, que se mantém pelo uso consagrado; vinculação a ações de ajuda, bem-estar, atividades promocionais e assistenciais (GENTILLI, 1997).

O discurso teórico contemporâneo destaca ações de orientação, esclarecimento e encaminhamentos; conscientização e transformação social. Ressalta-se, ainda, a rejeição ao assistencialismo e ao clientelismo, ao mesmo tempo em que incorpora a sua vivência profissional noções de cidadania, democracia e sociedade justa. Os assistentes sociais

procuram um discurso profissional mais substantivo em relação ao anterior, baseado em finalidades, funções e produtos bem definidos que fazem parte do objetivo a ser alcançado.

A profissão de assistente social é definida por Gentili (1997, p. 143) como sendo uma “especialização profissional que executa programas de políticas sociais relacionadas a diversos e plurais campos de ação social, normalizadas e modificadas em função das contingências sociais”.

A identidade profissional do Serviço Social, objeto de estudo de Gentili (1997), tem a prática como definidora da identidade profissional. A inserção profissional no mercado de trabalho se dá em um campo vasto, e, desta variedade que acontece na prática é impossível demarcar a existência de uma identidade única, mas sim, de diversas identidades.

### **3.3 O Sentido do Objeto de Trabalho Profissional**

A identidade profissional não foi o objeto da pesquisa de Weissaupt (1988), porém, ele buscou definir o sentido do objeto de trabalho profissional evidenciado na prática do Serviço Social dentro do contexto organizacional e institucional. No entanto, ao longo de todo o trabalho o tema da identidade profissional surge como sendo um problema. No resultado de sua pesquisa realizada em conjunto com uma equipe de pesquisadores sobre as funções sócio-institucionais do Serviço Social do Nordeste, entre os anos 1978 e 1982, foi possível identificar a existência de um discurso contraditório entre os profissionais da prática, o institucional, e o do próprio Serviço Social na sua teoria. Seu trabalho também revela o pouco reconhecimento profissional e o baixo status da categoria. Logo na apresentação ele escreve:

Neste Brasil, primor de democracia cabocla, como se sabe o assistente social não é comprometido na elaboração da política social que executa – inclusive raramente a implementa. Tampouco determina os canais institucionais da assistência social. Na maioria dos casos, não é solicitado para participar nem

da montagem dos programas específicos de Serviço Social (WEISSHAUPT, 1988, p.9)

A pesquisa entre os assistentes sociais revelou acentuado grau de discrepância entre a teoria e a prática. Porém, também se observa nessa pesquisa que a identidade profissional está condicionada ao discurso escolar. A atuação profissional é reconhecida quando acontece de acordo com o discurso acadêmico. O autor afirma que o Serviço Social é uma instituição e, portanto um locus de organização e legitimação social.

O objetivo do Serviço Social, segundo Weisshaupt (1988), constitui-se na prática cotidiana, quando acontecem o reconhecimento e a autonomia dos assistentes sociais pelos demais agentes institucionais. Os agentes institucionais representam os diversos interesses sociais. O assistente social trabalha nas mais diversas organizações institucionais. Em todos os casos, os seus objetivos profissionais se articulam com os objetivos dessas organizações, mas, tanto nas empresas como nas instituições sem fins lucrativos, o assistente social expressa os objetivos da prática num duplo quadro de referência: o discurso escolar e o discurso da organização institucional onde trabalha (WEISSHAUPT, 1988). O que chama a atenção é que o Serviço Social faz a definição de seus objetivos profissionais no campo teórico.

A situação apresentada acima, segundo Weisshaupt (1988), reflete dois casos: o primeiro acontece quando os objetivos do Serviço Social e os objetivos da instituição não encontram um ponto de articulação. Neste caso o assistente social não é capaz de superar essa cisão e criar um projeto de intervenção. Seu discurso fica marcado pelo viés humanista do Serviço Social. No segundo caso, os objetivos do Serviço Social diluem-se nos da instituição e não ficam explícitos, levando o profissional a reproduzir o discurso autoritário da instituição onde atua.

Fundamentalmente, é nisto que reside uma das maiores dificuldades ideológicas próprias do Serviço Social, reconhecida pela maioria dos assistentes sociais entrevistados como o divórcio entre a teoria e a prática (WEISSHAUPT, 1988, p. 41).

Diante desta contradição, a identidade profissional aparece como um problema bastante delicado: o discurso sobre o que é a profissão baseia-se no que ela deveria ser, e não na sua prática efetiva.

Na seqüência deste trabalho – capítulo IV –, serão apresentadas três pesquisas realizadas em épocas distintas. Todas são bastante amplas e servem para observarmos a evolução do perfil dos jovens que ingressaram nessa carreira. Questões como motivação para a escolha do curso de Serviço Social, expectativas em relação ao curso, origem social e escolar são abordadas e auxiliam no entendimento do processo identitário do Serviço Social.



## 4 OS PROCESSOS IDENTITÁRIOS DO SERVIÇO SOCIAL

Neste capítulo serão apresentados os resultados de três pesquisas que, apesar dos cenários, épocas e objetivos distintos, trazem elementos que contribuem para a discussão da escolha da carreira de assistente social.

A primeira pesquisa apresenta uma investigação sociológica sobre a profissão de assistente social, e foi aplicada nas décadas de sessenta e setenta, em Barcelona, Espanha, pelos sociólogos Estruch e Guell (1976), no trabalho denominado “*La elección de carrera y sus motivaciones*”.

A segunda pesquisa, realizada no ano de dois mil e quatro pelo Programa de Educação Tutorial<sup>5</sup> – PET – do Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, sob a coordenação da Professora Dr<sup>a</sup>. Myriam Raquel Mitjavila, teve o propósito de descrever o perfil dos alunos do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

Finalmente, a terceira pesquisa foi realizada no ano de dois mil e sete, com alunos de duas universidades paulistas que mantêm o curso de Serviço Social, sendo desenvolvida pela assistente social Sandra Andréia Mendonça Soares com o objetivo de compreender as implicações subjetivas que envolvem o processo de escolha do curso de Serviço Social.

### 4.1 A Escolha da Carreira e Suas Motivações

A pesquisa desenvolvida pelos sociólogos espanhóis Estruch e Guell (1976) apresenta uma investigação sociológica sobre a profissão de assistente social e foi aplicada nas décadas

---

<sup>5</sup> Programa de Educação Tutorial em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina conta com doze bolsistas dos cursos de Serviço Social, Geografia e Ciências Sociais, tutorados pela professora Maria del Carmen Cortizo. Criado em 1992 é um dos primeiros grupos PET da UFSC, desenvolve atividades voltadas para a pesquisa, o ensino e a extensão.

de sessenta e setenta, com trezentos estudantes do curso de Serviço Social da Catalunha<sup>6</sup>, Espanha.

A intenção dos autores era diagnosticar, a partir da pesquisa entre os próprios assistentes sociais, quais os principais problemas enfrentados com relação à identidade profissional, sua atuação profissional, seu código de ética e sua deontologia.

Os autores utilizaram em sua pesquisa a categoria “motivação”. Para Estruch e Guell (1976), o conceito de motivação requer uma definição precisa, podendo ser descrita como sendo um conjunto de crenças, valores, necessidades, tendências, intenções ou aspirações, que provocam tensões que deverão ser satisfeitas por ações. Ou seja, é uma disposição ou força psicológica inconsciente que move o indivíduo a determinados fins e reações (ESTRUCH E GUELL, 1976).

A pesquisa de Estruch e Guell (1976) foi desenvolvida em duas fases: a primeira realizou-se ao final de um determinado curso de Serviço Social, momento em que se perguntou aos alunos sobre as motivações para a escolha desta profissão. A segunda fase se deu com a análise dos dados de arquivos, onde estavam registradas as motivações para a escolha do Serviço Social que os alunos alegaram ao início do curso. A comparação desses dados – do início e do final do curso – revela diferenças interessantes, apresentadas no quadro abaixo:

	<b>Respostas</b>	<b>Início do curso</b>	<b>Final do curso</b>
1	O Social, o homem, um mundo melhor	17,2%	(24,0%)
2	A ajuda e o altruísmo	18,1%	(16,3%)

---

<sup>6</sup> Como a Catalunha é um núcleo importante e possui várias escolas formadoras de assistentes sociais e também muitos trabalham ali, a pesquisa e seus resultados podem ser aplicados em toda a Espanha e em outros países da Europa, ressaltam Estruch e Guell (1976).

3	Profissionalização da ajuda e serviço	7,2%	(8,3%)
4	As perspectivas de futuro	0,9%	(2,3%)
5	Ser agente de mudança	0,0%	(2,3%)
6	Para ampliar a formação	7,4%	(15,7%)
7	Por que eu gosto	13,4%	(13,7%)
8	Por razões apostólicas	22,7%	(1,7%)
9	Outras respostas	13,2%	(9,7%)
	Não responderam		(6,0%)
TOTAL		100%	(100%)

**Quadro 1 – Motivos para a escolha da carreira de Assistente Social**

Fonte: ESTRUCH E GUELL, 1976, p.185.

As respostas apresentadas à questão: “Quais os motivos que o levaram a escolher a carreira de assistente social?”, no início e no final do curso, foram agrupadas e analisadas comparativamente por Estruch e Guell (1976).

A diferença percentual de 17% no início curso para 24,0% ao final do curso, apresentada no primeiro grupo de respostas, “o Social, o homem, um mundo melhor”, em relação aos dois momentos da pesquisa, segundo os autores, se justifica pelo chamado “catolicismo social” que foi um movimento forte em toda a Espanha e influenciou fortemente os candidatos a assistente social naquele momento histórico (ESTRUCH E GUELL, 1976).

O segundo grupo de respostas “a ajuda e o altruísmo”, com 18,1% no início do curso para 16,3% ao final do curso, na avaliação dos autores demonstra que esse fator continuou quase inalterado no período considerado, ou seja, guardam estreita relação com motivações do tipo religioso e apostólico. Esses sentimentos defendem os autores, tão fortes e motivadores no início do curso, frequentemente se tornam, mais tarde, em sentimentos de frustração.

Outro grupo de respostas que teve sua porcentagem ligeiramente aumentada no período foi a “profissionalização da ajuda e do serviço”, com 7.2% no início do curso e 8.3% ao final do curso, o que para os autores é justificável pela origem dos alunos, advindos em sua maioria de instituições religiosas e almejam se especializar em seus serviços de ajuda (ESTRUCH E GUELL, 1976).

O aumento no percentual para o grupo de respostas relativo às “perspectivas de futuro”, 0.9% no início do curso e 2.3% ao final do curso, revelam, segundo os autores da pesquisa, que as razões para a escolha dessa profissão no início do curso quase não levavam em conta esse aspecto (ESTRUCH E GUELL, 1976).

Para o grupo de respostas relacionadas a “ser agente de mudanças”, 0.0% no início do curso e 2.3% ao final do curso, apesar do aumento percentual, continuam sendo minoritários os casos – antes inexistentes – de pessoas que tem entre suas motivações principais para a escolha desta profissão este aspecto em particular (ESTRUCH E GUELL, 1976).

Considerável foi o aumento percentual para o grupo de respostas “para ampliar a formação”, de 7.4% no início do curso e 15.7% ao final do curso, mostrando que esse aspecto ganhou importância nesse período, ou seja, muitas pessoas concluíram que o curso ampliou sua formação, apesar de que, como destacam os autores, as respostas não mostram maiores pretensões de vincular este conhecimentos ao futuro exercício de uma profissão (ESTRUCH E GUELL, 1976).

O grupo de respostas “vocação e aptidão para a profissão”, com 13.4% no início do curso e 13.7% ao final do curso, não mostrou alteração significativa no período. Segundo Estruch e Guell, (1976), estas respostas relacionam-se a auto realização pessoal e a dar um sentido a vida.

No entanto, a maior variação negativa de respostas a questão inicial dessa pesquisa – “Quais os motivos que o levaram a escolher a carreira de Assistente Social?” deu-se no grupo “por razões apostólicas”, que no início do curso obteve 22,6% e no final obteve 1,7%. Para os autores, essa alteração nos índices se deve ao período em que foi feita a pesquisa, ou seja, nas décadas de cinquenta e sessenta o apelo religioso era forte, porém na década de setenta (final da pesquisa) este tipo de motivação foi desaparecendo.

O grupo “Outras respostas”, que obteve no início do curso 13,2% e no final com 9,7%, trata das mais variadas respostas, entre elas os autores destacam as de fundo religioso, como no caso anterior e aquelas que escolheram o curso de assistência social por seu caráter eminentemente feminino (ESTRUCH E GUELL, 1976).

Por fim Estruch e Guell (1976) destacam que a busca da identidade profissional e da evolução da carreira do assistente social requer profunda análise do seu passado, com todas as suas conseqüências, e não o seu esquecimento. Este é o caminho para que o futuro seja diferente daqueles tempos do início da profissão, afirmam os autores.

#### **4.2 O Perfil dos Alunos do Curso de Serviço Social**

A segunda pesquisa foi realizada pela equipe do Programa de Educação Tutorial do Serviço Social<sup>7</sup> da Universidade Federal de Santa Catarina, sob a coordenação da Professora Dr<sup>a</sup>. Myriam Raquel Mitjavila, no ano de 2004. O trabalho teve o propósito de descrever o perfil dos alunos do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

A pesquisa apresentou dados que contribuem para a reflexão proposta neste trabalho, como no quadro abaixo, onde é apresentada a distribuição dos estudantes por sexo:

	Frequência	
--	------------	--

---

<sup>7</sup> Ver nota 5

Sem dados	1	0,2%
Feminino	424	95,9%
Masculino	17	3,8%
Total	442	100%

**Quadro 2 – Distribuição dos estudantes por sexo**

Fonte: PET- MITJAVILA, 2004, p. 02.

Os pesquisadores apontam que, embora a feminização da matrícula universitária constitua uma realidade que afeta muitas áreas de conhecimento, com 51,44% da população estudantil das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) da região sul do Brasil, a pesquisa na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) revela que o Curso de Serviço Social é predominantemente feminino (95,9%). (PET – MITJAVILA, 2004, p. 02).

Outro dado que a pesquisa apresentou se refere às motivações na escolha do curso de Serviço Social:

Motivação	Frequência
Baixa concorrência	99
Mercado de trabalho	47
Aptidão pessoal	273
Baixa despesa	5
Ter emprego na área	14
Teste vocacional	60
Possibilidade de transferência para outro curso	20
Identificação com a área	239
Outras	38

**Quadro 3 – Motivações na escolha do curso de Serviço Social**

Fonte: PET – MITJAVILA, 2004, p. 12.

A pesquisa revelou que “acreditar ter aptidão com o Serviço Social” e “se identificar com a profissão” foram as motivações mais apontadas pelos alunos. Seguida da “motivação”, da “baixa concorrência” e do “teste vocacional” que aparecem como causas da escolha do curso a ser seguido. É interessante observar que na pesquisa IFES os estudantes brasileiros também apontaram a aptidão pessoal como grande motivação na escolha do curso a ser realizado (FONAPRACE, SP, 1998, apud PET-MITJAVILA, 2004, p.12)

O dado “O que espera adquirir com o curso de Serviço Social?” apresentou os seguintes resultados:

Objetivos	
Conhecimento teórico sobre a vida social	287
Possibilidade de viver do exercício profissional	287
Conhecimento prático sobre intervenção	257
Conhecimento para atuar na área política, sindical ou religiosa.	96
Exercer a carreira docente	81
Outros	18

**Quadro 4 – O que espera adquirir com o curso de Serviço Social?**

Fonte: PET – MITJAVILA, 2004, p. 13.

O quadro acima aponta que mais da metade dos alunos tem como objetivo na realização do curso de Serviço Social o conhecimento teórico sobre a vida social, a possibilidade de viver do exercício profissional e o conhecimento prático sobre a intervenção (PET – MITJAVILA, 2004, p. 13).

Com relação à questão “O curso de Serviço Social corresponde aos seus anseios?”, foram apresentados os seguintes resultados:

	Frequência	
Sem dados	1	0,2%
Sim, inteiramente	20	4,5%
Sim, em grande parte	200	45,2%
Sim, um pouco	201	45,5%
Não, quase nada	18	4,1%
Não, nada	2	0,5%
Total	442	100%

**Quadro 5– O curso de Serviço Social corresponde aos seus anseios?**

Fonte: PET – MITJAVILA, 2004, p. 16.

Os dados obtidos revelam que o curso de Serviço Social corresponde aos anseios dos estudantes, porém, não inteiramente, mas de alguma forma os alunos estão satisfeitos em algum ponto com o curso (PET – MITJAVILA, 2004, p. 16).

O próximo quadro abordará a questão “O que pretende fazer depois de se formar?”:

Pretensões	Frequência
Trabalhar como Assistente Social	293
Fazer especialização	156
Fazer mestrado	140
Fazer outra graduação	98
Realizar outras atividades	22

**Quadro 6 – O que pretende fazer depois de se formar?**

Fonte: PET – MITJAVILA, 2004, p. 24.



As respostas dadas à questão apresentada revelam que dois terços dos alunos do curso de Serviço Social pretendem trabalhar como assistente social depois de formado. Continuar estudando é a pretensão de 88% alunos, sendo que 35% pretendem cursar uma especialização, 31% o mestrado e 22% outra graduação (PET – MITJAVILA, 2004, p. 24).

#### 4.3 A Escolha do Curso de Serviço Social

Finalizando apresentamos a terceira pesquisa, que foi realizada no ano de dois mil e sete, com estudantes de duas universidades paulistas: Pontifícia Universidade Católica (PUC), instituição privada e Universidade Estadual de São Paulo – Campus Franca, instituição pública, ambas mantêm o curso de Serviço Social. Foi desenvolvida pela assistente social Sandra Andréia Mendonça Soares que tinha o objetivo de compreender as implicações subjetivas que envolvem o processo de escolha do curso de Serviço Social. A amostra total de estudantes das duas Universidades que participaram da pesquisa foi de 30% ou seja, 89 estudantes. Os sujeitos da pesquisa foram estudantes do 1º ano (1º semestre) e 4º ano (7º semestre): esta escolha segundo a pesquisadora, “foi para obter um diferencial nas respostas dadas pelos alunos que ingressam e os que estão concluindo o curso” (SOARES, 2007, p. 37).

A seguir apresentaremos a análise e interpretação dos dados dos estudantes ingressantes. O primeiro quadro traz a distribuição dos estudantes por sexo:

	<b>PUC/SP 1º ANO</b>		<b>UNESP/FRANCA 1º ANO</b>	
<b>Sexo</b>	Nº. de alunos	Porcentagem	Nº. de alunos	Porcentagem
Masculino	0	0%	4	13,3%
Feminino	20	100%	26	86,7%

**Quadro 7 – A distribuição dos estudantes por sexo**

Fonte: SOARES, 2007, p. 41.

A pesquisadora analisou os dados referentes aos estudantes ingressantes de ambas as instituições, sendo possível novamente identificar a predominância do sexo feminino.

No segundo quadro são apresentados os motivos que definiram a escolha profissional dos entrevistados:

Motivo que definiu sua escolha	PUC/SP 1º ANO		UNESP/FRANCA 1º ANO	
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem
1-Interesse em ajudar as pessoas	3	15%	12	40%
2-Desejo de transformar a sociedade	9	45%	9	30%
3-Influência familiar				
4-Sua história de vida, sentimentos e emoções envolvidas	4	20%	66	20%
5-Facilidade de passar no vestibular				
6-Ausência de outras alternativas				
7-Inserção no mercado de trabalho	1	5%	-	-
8-Militância (Igreja, Partidos, ONG's, etc.)	3	15%		
9-Outros				
10-Dados prejudicados				

**Quadro 8 – Motivo da escolha profissional**

Fonte: SOARES, 2007, p. 50.

No primeiro momento a pesquisadora apresentou os motivos da escolha profissional dos estudantes do primeiro ano de ambas as universidades.

A pesquisa realizada na PUC/SP revela que 15% dos estudantes elegeram “o interesse em ajudar as pessoas” para explicar o motivo que definiu sua escolha profissional. Este dado mostra que prevalece a idéia do trabalho junto aos pobres.

O motivo que definiu a escolha da profissão dos estudantes do primeiro ano da PUC/SP (45%) foi, fundamentalmente, “o desejo de transformar a sociedade”.

O motivo da escolha profissional para 20% dos estudantes (PUC/SP) foi a sua “história de vida, sentimentos e emoções envolvidos”. O aspecto da subjetividade ficou evidenciado nessas respostas.

O motivo pela escolha da “inserção no mercado de trabalho” corresponde a 5% e 15% responderam que o motivo que definiu a escolha pelo curso de Serviço Social foi a “militância”.

Com relação aos estudantes ingressantes da UNESP/Franca, a pesquisa revela que o “interesse em ajudar pessoas” corresponde a 40% dos motivos que definiram a escolha do curso. Já 30% dos estudantes escolheram o curso pelo “desejo de transformar a sociedade”. O motivo da escolha relacionado à sua “história de vida, sentimentos e emoções envolvidas” teve 20%.

No segundo momento, a pesquisadora trabalhou os dados relativos aos estudantes concluintes do curso. O quadro a seguir traz a distribuição destes estudantes por sexo:

	<b>PUC/SP 4º ANO</b>		<b>UNESP/FRANCA 4º ANO</b>	
<b>Sexo</b>	Nº. de alunos	Porcentagem	Nº. de alunos	Porcentagem

Masculino	7	22,3%	2	22,2%
Feminino	23	76,7%	7	77,8%

**Quadro 9 – A distribuição dos estudantes por sexo**

Fonte: SOARES, 2007, p. 61.

Novamente ficou evidenciado o predomínio do sexo feminino.

O próximo quadro traz os motivos que definiram as escolhas dos estudantes entrevistados:

Motivo que definiu sua escolha	PUC/SP 4º ANO		UNESP/FRANCA 4º ANO	
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem
1-Interesse em ajudar as pessoas	3	10%	2	22,2%
2-Desejo de transformar a sociedade	12	40%	2	22,2%
3-Influência familiar	1	3,3%		
4-Sua história de vida, sentimentos e emoções envolvidas	6	20%	2	22,2%
5-Facilidade de passar no vestibular				
6-Ausência de outras alternativas			3	33,3%
7-Inserção no mercado de trabalho				
8-Militância (Igreja, Partidos, ONG's, etc.)	4	13,3%		
9-Outros				
10-Dados prejudicados	4	13,3%		

### **Quadro 10 – Motivo da escolha profissional**

Fonte: SOARES, 2007, p. 69.

Novamente a pesquisadora analisou primeiramente os dados dos estudantes da PUC/SP, sendo que em relação aos motivos da escolha profissional 10% definem que foi o “interesse em ajudar pessoas”. Já o “desejo de transformar a sociedade” aparece em 40% dos estudantes que tem este como o motivo que definiu sua escolha.

Com representatividade de 20% apareceu o motivo “a história de vida, sentimento e emoções”. E 13.3% dos estudantes indicaram “a militância” como motivo definidor.

Os dados referentes aos estudantes da UNESP/Franca revelaram que sobre os motivos que definiu a escolha 33.3% dos estudantes “não tiveram alternativas”, pois a razão da escolha era prestar vestibular. Já o “interesse em ajudar as pessoas” definiu a escolha para 22% dos estudantes. O “desejo de transformar a sociedade” aparece como motivo de escolha para 22,2% dos estudantes. Último dado, “a história de vida, sentimentos e emoções”, apresentou um percentual de 22,2 % como motivo de escolha.

Foi possível inferir que os motivos da escolha pelo curso de Serviço social dos estudantes do 4º ano das duas Universidades apresentaram diferenças significativas. Na PUC/SP houve uma representatividade de 40% no motivo “o desejo de transformar a sociedade”. Já na UNESP/Franca, 33,3% indicaram a “ausência de alternativas”, escolheram o Serviço Social porque precisavam frequentar uma universidade pública, evitando onerar suas famílias.

Na próxima seção faremos a discussão dos dados apresentados nas pesquisas que contribuem para a reflexão sobre a formação da identidade do profissional do Serviço Social, ou seja, do seu processo identitário.

#### **4.4 Processos Identitários – Elementos para Análise**

Os processos identitários são a chave da construção operacional das identidades. Estes processos, segundo Dubar (2005), iniciam-se na infância, com a família e seguem o indivíduo até a conclusão da vida escolar, construindo a sua primeira identidade social. A conclusão da educação formal e entrada no mercado de trabalho são processos definidores da formação da identidade autônoma, como foi apresentado no primeiro capítulo deste trabalho.

Os dados apresentados nas pesquisas referenciadas nas seções anteriores remetem à escolha da carreira, ao perfil dos estudantes e à escolha pelo curso de Serviço Social. Estes dados foram selecionados por apresentarem similitudes entre si e por trazerem contribuição para a reflexão sobre a formação da identidade profissional.

Um dado constante em todas as pesquisas é a predominância das mulheres na carreira de Serviço Social. Este aspecto reforça a imagem de uma profissão majoritariamente feminina. Alguns autores, Meneghetti (2009); Verdes-Leroux (1986); Genolet et al (2005), justificam que este aspecto é próprio de uma profissão cujas características relacionam atributos tipicamente relacionados às mulheres.

Para Genolet *et al* (2005, p.40), a partir da modernidade foram os homens que conseguiram articular o trabalho com ofícios, profissões e ocupações, que brindam reconhecimento social, identidade, participação e satisfação pessoal. As mulheres têm exercido suas atividades majoritariamente no âmbito privado e na esfera da prestação de serviços, que não é socialmente reconhecido como trabalho. Os ofícios, profissões e ocupações que as mulheres ascenderam com maior facilidade no âmbito público, podem ser categorizados como prestação de serviço de distinto caráter, e dos mesmos, com frequência, se requer mais das características femininas, que da capacitação pessoal (tradução nossa).

Este aspecto também é referenciado pelo CRESS<sup>8</sup> que esclarece que o Serviço Social é uma profissão de homens e mulheres, que atuam na realidade social, e a associação ao universo feminino provém do senso comum, para o qual a ajuda e o cuidado ao outro remete a atribuições da figura feminina.

Outros aspectos evidenciados foram: a militância, o desejo de transformar a sociedade e o sentimento de ajuda. Para Soares (2007), estes aspectos têm sido um marco crucial da escolha da profissão e cita Yamamoto (1992) que sinaliza:

Se a imagem do apostolado, do “moderno agente da justiça e da caridade” marca o Serviço Social em sua trajetória, com o movimento de revisão da profissão em nível latino-americano (conhecido como Movimento de Reconceituação do Serviço Social) ela é desmistificada, mas não substituída por outra interpretação, o que só vem ocorrendo na literatura especializada mais recente. Tal fato vem determinando uma expectativa confusa em relação à profissão, presente nos recém ingressados na Universidade e que persiste no decorrer do curso (IAMAMOTO, 1992 *apud* SOARES, 2007).

Os profissionais do Serviço Social vêm, ao longo do tempo, tentando construir uma identidade. Os diversos aspectos apresentados neste trabalho demonstram a pluralidade de idéias e práticas que perpassam essa profissão. No próximo capítulo abordaremos a complexa questão da teoria *versus* a prática na profissão.

---

<sup>8</sup> Conselho Regional de Serviço Social, já identificado na nota 1.

## 5 TEORIA E PRÁTICA NO SERVIÇO SOCIAL

Para abordar esta temática recorreremos às contribuições de Gentilli (2006), que discute a difícil conciliação entre os profissionais da prática e os profissionais da teoria. A definição de uma identidade profissional da categoria ainda está longe do consenso. Buscando discutir essa mediação, alguns assuntos que afetam a todos foram trazidos à tona, numa tentativa de seu enfrentamento comum. A divergência ou a pouca aproximação entre o referencial teórico e a prática cotidiana é, sem dúvida, a maior angústia desse profissional (GENTILLI, 2006).

Os espaços de prática são heterogêneos e sofrem influência direta das estruturas em que se inserem. A teoria assimilada não acompanha essa dinâmica. Dessa forma, os profissionais recorrem a conteúdos teóricos alheios, adaptando-os na tentativa de contornar as dificuldades. Esse procedimento torna-se impreciso e repercute na qualidade do serviço prestado, levando ao desencanto e à frustração. A prática funciona baseada em generalizações provisórias, tradicionais, consolidadas pela confiança, pela fé ou pelo preconceito (GENTILLI, 2006).

Este contexto divergente entre teoria e prática nos mostra que algo precisa mudar, ou seja, a superação desse quadro é fundamental para a sobrevivência e a evolução da profissão.

Uma das saídas apontadas por Gentilli (2006) refere-se ao desenvolvimento de pesquisas de aplicação prática: incorporar a prática à teoria, transformando-a em conhecimento instrumentalizado para o enfrentamento da imediatividade do cotidiano.

Das representações acerca da profissão no mercado de trabalho, Gentilli (2006) identificou nos discursos dos profissionais diversas referências que englobam a formação, cursos de reciclagem ou aprimoramento, e que se estendem até a inserção do profissional no seu campo específico de atuação. Essa diversidade de referências profissionais tende à ambigüidade e à divergência, pois, muitas vezes, são contraditórias entre si.



Para Gentilli (2006) no mercado de trabalho, as representações sobre a identidade profissional são expressas como falta de identidade profissional. Falta de congruência entre o que os profissionais acreditam ser o que define a teoria e a prática profissionais.

Segundo a autora, os assistentes sociais oscilam entre incorporar os valores éticos, políticos e ideológicos que são originários das organizações da categoria, da literatura profissional e da formação e, por outro lado, seguir as exigências concretas presentes no mercado de trabalho. Desta forma, os profissionais priorizam as discussões e os debates que se aproximam de seu saber e daquilo que tem relação com as funções que desempenha. Esta é a forma de corrigir as deficiências de uma formação profissional generalista, muito crítica e pouco instrumentalizadora (GENTILLI, 2006).

Diante desta realidade profissional destacam-se três questões básicas: a primeira delas é relacionada aos campos de prática profissional, que carecem de conhecimento especializado. Gentilli (2006) diz tratar-se de um discurso teórico inadequado e insuficiente, pois não explica a realidade cotidiana presente na prática profissional.

A segunda questão apresentada pela autora situa dificuldades relacionadas às perspectivas do “dever profissional”. Ela elenca problemas acerca da finalidade profissional, da compreensão da “articulação” entre a teoria, que dá prioridade às questões políticas e ideológicas, e a prática profissional, que fica entregue às estratégias criativas do cotidiano.

A terceira questão refere-se aos problemas das formulações teóricas, as quais resultam inadequadas e descontextualizadas por não serem capazes de contribuir com “a inovação dos instrumentos, das técnicas e das metodologias profissionais.” (GENTILLI, 2006, p. 70).

A autora conclui, após a análise dos depoimentos colhidos no seu trabalho, que existe “um vazio teórico” em relação às particularidades que configuram os campos profissionais e às questões próprias do cotidiano profissional. Ao mesmo tempo, chama a atenção das

instituições formais de ensino para o problema da dificuldade do enfrentamento da realidade social com o referencial teórico que as mesmas oferecem.

Além da crítica à formação básica, Gentilli (2006) considera que a literatura profissional também não oferece suporte a esse enfrentamento, pois privilegia perspectivas macrossociais em detrimento da microrrealidade cotidiana. Todos esperam por modelos que sirvam de referência, que sejam fontes confiáveis de consulta, desde a formação até os momentos da ação profissional.

Do exposto acima sobressaem duas grandes ordens de problemas, segundo Gentilli (2006):

A primeira refere-se a identidade profissional. As reflexões formuladas pelos profissionais chamam a atenção para seis aspectos relacionados aos atuais problemas com a identidade profissional: a complexidade das mediações realizadas na prática, os problemas de reconhecimento profissional, os desafios práticos decorrentes de uma falta de reflexão maior sobre a instrumentalização profissional, o despreparo técnico, as questões institucionais e a eficácia social da profissão. Foram elencados, portanto, fatores referentes às questões do papel profissional e às condições de este ser operado instrumentalmente (GENTILLI, 2006, p.73).

A outra preocupação refere-se ao entendimento de aspectos da conjuntura a partir da capacitação dos profissionais em termos de política e das políticas sociais. Uma visão política inadequada sobre a profissão pode levar ao ativismo, quando o que se requer é uma intervenção fundada na realidade humano-social como um todo e não só política ou social (GENTILLI, 2006).

A principal demanda dos assistentes sociais hoje, segundo a autora, refere-se a um saber direcionado, que identifique melhor o processo de trabalho profissional e seus produtos para a sociedade. O aprofundamento temático, com recortes específicos demandados pela inserção concreta da profissão no mercado de trabalho, na realidade humano-social, são

também, pleitos da categoria para que possa oferecer respostas mais qualificadas à sociedade (GENTILLI, 2006).

A autora ressalta, ainda, que o assistente social demonstra reconhecer a complexidade das relações sociais, ao mesmo tempo em que destaca ser esse tema – relações sociais – um desafio para todas as profissões relacionadas a setores da prática social (GENTILLI, 2006).

A identidade profissional do assistente social ainda está em construção. As duas grandes referências institucionais da profissão – “formação”, “mercado e trabalho” – podem ser representadas de maneira plural e restabelecer a confiança da profissão. Essa crise de identidade, segundo Gentilli (2006) pode deixar de se constituir um problema para se transformar num elemento fomentador de rica diversidade de manifestações da profissão.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutir a questão da identidade profissional no Serviço Social é uma tarefa desafiadora. Como dificuldade principal destaca-se a escassez na literatura específica e a falta de consenso em relação a alguns conceitos, como “identidade profissional” e “profissão”.

O caminho percorrido para a discussão proposta ultrapassou os limites do Serviço Social, ancorando-se em concepções de outras áreas como a psicologia social e, entre os diversos ramos da sociologia, como a sociologia das profissões e do trabalho.

Inicialmente, no capítulo 1, buscamos trazer os aspectos básicos da socialização enquanto construtora da identidade. Partindo da perspectiva do interacionismo simbólico, Dubar (2005) sustenta que a construção da identidade incorpora a noção de subjetividade, porém a transcende, afirmando que é a socialização, nos seus diversos processos, individual e coletivo, objetivo e subjetivo, biográfico e estrutural, que constroem os indivíduos e definem instituições.

O segundo capítulo apresentou a identidade profissional como identidade social. A questão do trabalho como elemento central na vida social do indivíduo assume fundamental aspecto na medida em que este passa a integrar sua identificação social. Segundo os autores utilizados, Freidson (1998) e Dubar (2005), o conceito de profissão se apresenta impreciso na sua utilização, pois se confunde com o conceito de ofício ou de ocupação. Diante desta imprecisão, Rodrigues (2002) aponta como melhor opção utilizar as características inerentes das profissões, o que lhes dá suporte institucional e autorização legal para fornecerem credenciais ocupacionais obtidas através de diplomas, graus, licenças e certificações fornecidas pelas universidades, associações profissionais e o Estado.

Ressalta-se que a importância do trabalho vai além de um meio de obter a satisfação das necessidades básicas. O trabalho também representa um status na sociedade, satisfação pessoal, auto-valorização e reconhecimento pessoal.

A identidade profissional no Serviço Social foi apresentada no terceiro capítulo, embasada nos trabalhos de Martinelli (1991), Gentilli (1997) e Weisshaupt (1988). Apesar do reconhecido pioneirismo ao tratar do tema, o trabalho de Martinelli (1991) tem como principal lacuna o fato de não definir um conceito de identidade, colocando-o em oposição ao conceito de alienação. Neste sentido, Martinelli (1991) não reconhece que o Serviço Social possua uma identidade própria, afirmando que sua identidade lhe foi atribuída pelo capitalismo.

Numa perspectiva inversa, Gentilli (1997) e Weisshaupt (1988) buscam na prática cotidiana profissional a identidade do Serviço Social. Nesta concepção, o profissional é aquilo que faz e não aquilo que diz ser, ou seja: é na prática cotidiana que o profissional é reconhecido por seus pares, por seus usuários e pela sociedade. Gentilli (1997) afirma ainda que o objeto de trabalho do Serviço Social são as políticas sociais, as quais materializam o seu fazer profissional.

No quarto capítulo foram utilizados alguns dados extraídos de três pesquisas distintas, que, no entanto, apresentam aspectos que colaboraram na discussão do processo identitário do Serviço Social.

As pesquisas reiteraram o aspecto da feminização, identificando a profissão de assistente social como resposta à uma vocação, à ideologia profissional que lhe é associada. A construção da identidade feminina tem relação com a maternidade, com o privado e com a subordinação e, certamente, tais estereótipos permanecem no exercício profissional.

Outros aspectos observados nas pesquisas foram: a militância, o desejo de transformar a sociedade e o sentimento de ajuda; ressaltando-se que é necessário compreender a natureza política da profissão, sem confundi-la com compromissos políticos e ideológicos.

No quinto capítulo, abordamos a temática da teoria e da prática no Serviço Social, apoiando-se no trabalho de Gentilli (2006). Neste capítulo evidenciou-se que a dicotomia entre teoria e prática, identificada pelos profissionais, tem se apresentado como um aspecto problemático na construção da identidade profissional. O discurso teórico tem se mostrado inadequado e insuficiente, pois não explica a realidade cotidiana da prática profissional. A literatura do Serviço Social utiliza-se de perspectivas macrosociais, não considerando a microrrealidade cotidiana.

Por fim, apontamos que não é possível falar em uma identidade para o Serviço Social, como recomenda Gentilli (1997), sendo mais adequado utilizar o termo plural-identidades sociais.

A dificuldade de definir o que faz o assistente social está presente na própria lei que regulamenta a profissão<sup>9</sup> que, ao tratar das atribuições privativas do Serviço Social, o faz de modo impreciso, utilizando-se de termos vagos. A falta de delimitação no âmbito da atuação também advém desta indefinição, implicando em profissionais que não conseguem estabelecer limites e possibilidades na sua atuação.

Assim como Gentilli, entendemos que, partindo das políticas sociais, objeto de trabalho dos assistentes sociais, é possível que encontrem caminhos para definir suas identidades enquanto profissionais. É na realidade prática que elas são efetivamente sedimentadas, embora esta construção aconteça em todo o processo formativo.

---

<sup>9</sup> Lei 8662/1993, artigo 5º.

A educação formal recebida na academia, no entanto, tem muito mais ênfase no como “deve ser” o assistente social, já que o “como fazer” (prática) se limita ao curto período de estágio. É neste ponto que a construção da identidade torna-se problemática, pois diante da realidade, no campo de trabalho, percebe-se que a possibilidade de atuação – aquela de transformação social – tem muitos limites e está muito longe do ideal. O processo de trabalho permanece inalterado há tempos. O discurso sempre se repete: “lá só ensinam a teoria, que aqui não serve para nada”. Fica o incômodo sentimento de angústia, pois, aos olhos destes profissionais, estamos perturbando sua rotina.

Estamos novamente repensando o currículo do curso do Serviço Social da UFSC e esta discussão torna-se um espaço ideal para avançarmos em questões importantes que devem ser revisadas, indo além de escolhas entre eliminar uma disciplina e acrescentar outra. Como ficou claro nos argumentos apresentados, é a prática que define a identidade profissional, então, é nela que devemos buscar aquilo que serve de ponto de partida, o que nos une enquanto categoria profissional, aquilo que nos informa sobre quem somos e o que fazemos.

A discussão é oportuna, o momento é de reflexão e a evolução da profissão está em debate. Devemos lembrar que, apesar das críticas à teoria ensinada, ela sempre será o alicerce da profissão. Por isso mesmo, não deve ser tão inflexível, afirmando categoricamente isso ou aquilo. Deve, sim, permitir o trabalho contínuo do assistente social, sem sobressaltos nem interrupções. Deve permitir a evolução da profissão, adequando-se à realidade atual, criando condições para que a carreira se torne realmente autônoma, fazendo com que os assistentes sociais possam, finalmente, se identificar com ela, sem angústias.

## REFERÊNCIAS

DUBAR, C. *A socialização: construção das identidades sociais e profissionais*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. 343 p.

ESTRUCH, J. e GUELL, A. *Sociologia de uma profesión: los asistentes sociales*. Barcelona: Ediciones Península, 1976.

FREIDSON, E. *Renascimento do profissionalismo: teoria, profecia e política*. São Paulo: Edusp, 1998. 280 p.

GENOLET, A. La profesión de trabajo social ¿casa de mujeres?: estudio sobre el campo profesional desde la perspectiva de los trabajadores sociales. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2005, 208 p.

GENTILLI, R. de M. L. A prática como definidora da identidade profissional do Serviço Social. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, v. 18, n. 53, p. 126-144, mar. 1997.

\_\_\_\_\_. *Representações e práticas: identidade e processo de trabalho no serviço social*. 2ª ed. São Paulo: Veras Editora, 2006. 215 p.

HOUAISS A. *Dicionário Melhoramentos*. São Paulo: Ediouro, 2000, 1126 p.

MARTINELLI, M. L. *Serviço Social: identidade e alienação*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1991. 165 p.

MENEGHETTI, G. Profissões e identidades profissionais: Um estudo sobre teorias e conceitos nas ciências sociais e no Serviço Social. Florianópolis, UFSC, 2009, 126p.

MITJAVILA, M. Análise parcial dos dados da pesquisa: Perfil do aluno do curso de serviço social da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: UFSC, 2004.

MITJAVILA, M. Identidad social y comunidad. Notas acerca de las conexiones entre ambos conceptos. *Cuadernos del Claeh*, Montevideo, n. 69, p. 65-77, jun. 1994.

RODRIGUES, M. L. *Sociologia das profissões*. 2. ed. Oeiras (Portugal): Celta Editora, 2002. 160 p.

SOARES, S. A. M. A escolha do curso de serviço social: implicações subjetivas. São Paulo: PUC-SP, 2007.

VERDÈS-LEROUX, J. *Trabalhador social: prática, hábitos, ethos, formas de intervenção*. São Paulo: Cortez, 1986. 207 p.

WEISSHAUPT, J. R. (org.). *As funções sócio-institucionais do Serviço Social*. São Paulo: 2ª ed. Cortez, 1988. 181 p.